

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE AFETADOS PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Rodrigo Jorge Ramos Bortolotto¹

Landson Soares Marques²

RESUMO

A indústria do petróleo exerce elevada influência na economia, principalmente por seu impacto multiplicador sobre diversas atividades econômicas e também devido à relevância da receita dos *royalties* do petróleo nas receitas totais que influencia diretamente no desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste, e em particular, para os estados que compõem a área de exploração e produção de Petróleo no Nordeste, se fez necessário estabelecer um estudo sobre as suas influências na dinâmica socioeconômica dessa região. O presente trabalho tem por objetivo principal avaliar o desenvolvimento socioeconômico dos estados da Região Nordeste afetado pela exploração e produção de petróleo utilizando uma metodologia descritiva. Assim, através dos indicadores socioeconômicos, vislumbrou-se observar se a arrecadação dos *royalties* do petróleo e seus principais determinantes têm contribuído para o desenvolvimento humano nos estados em estudo. Através dos resultados obtidos foi possível verificar que o crescimento dos *royalties* beneficiou os orçamentos estaduais e municipais, de alguns estados, como o estado da Bahia e Sergipe possibilitando às localidades beneficiadas ampliar seus gastos em educação e saúde, melhorando as condições de vida da população.

Palavras-chave: Royalties. Indicadores socioeconômicos. Nordeste.

ABSTRACT

The oil industry carries high influence on the economy, mainly its multiplier impact on various economic activities and also because of the importance of the revenues from oil royalties in total revenues which directly influences the socio-economic development of the Northeast region, and in particular to the states comprising the exploration and production of oil in the Northeast, it was necessary to establish a study of their influence on socio-economic dynamics of the region. This work has as main objective to evaluate the socio-economic development of the Northeast states affected by the oil exploration and production using a descriptive methodology. So by socioeconomic indicators, glimpsed observe the collection of oil royalties and its main determinants have contributed to human development in the states under study. Through the results it observed that the growth of royalties benefited the state and municipal budgets, some states, such as the state of Bahia and Sergipe allowing the localities benefited expand their spending on education and health, improving the living conditions of the population.

Keywords: Royalties. Socioeconomic indicators. Northeast.

¹Bacharel em Engenharia de Petróleo/Centro Universitário Estácio da Bahia.

² Mestre em Geoquímica do Petróleo e Meio Ambiente (UFBA). Professor do curso de Petróleo e Gás do Centro Universitário Estácio da Bahia

INTRODUÇÃO

As explorações de petróleo no Nordeste começaram por volta da década 30, na Bahia, onde é considerado o berço nacional da extração de petróleo (PETROBRAS, 2011). Em 1939 foi constatada a primeira existência de petróleo no poço DNPM – 163, no bairro de Lobato em Salvador. O poço foi considerado antieconômico, pois não havia petróleo em volume suficiente para ser comercializado, mas foi de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades petrolíferas no estado. Após dois anos, no poço Candeias-1, no Recôncavo baiano, era iniciada a exploração e produção de óleo em volume suficiente para a produção comercial (PETROBRAS, 2011). Para o Brasil, esse fato mudou totalmente os rumos do desenvolvimento socioeconômico.

Com o passar do tempo, o setor de exploração e produção de petróleo e gás no Nordeste como em todo o Brasil, houve um grande crescimento, gerando um choque econômico positivo. Esse crescimento passou a apresentar forte influência no desenvolvimento socioeconômico, em consequência dos seus efeitos sobre o balanço de pagamentos de *royalties* e por meio de seu impacto multiplicador sobre diversas cadeias produtivas, como novas circunstâncias favoráveis ao crescimento empresarial, gerando empregos diretos e indiretos, crescimento do mercado consumidor local e aumento da arrecadação municipal e estadual (PACHECO, 2005).

As indenizações pela exploração e produção de petróleo foram instituídas no Brasil pela Lei 20.004/1953. Inicialmente, os *royalties* eram pagos exclusivamente a Estados e Municípios e correspondiam a uma alíquota de 5% sobre o petróleo extraído de poços em terra (CNM, 2010). Posteriormente a instituição da Lei n.º 9.478/97, alterou a alíquota de cálculo dos *royalties* que era de 5%%, passando a poder exceder esse valor, podendo variar de 5% a 10%, o valor exato vai depender de outra regra de repartição, que também varia de acordo o volume e o local (terra ou mar) da produção. Além do mais, criou-se a participação especial do petróleo, que é uma compensação financeira extraordinária, cobrada dos concessionários nos casos de grandes volumes de produção ou de grande rentabilidade (CNM, 2010).

Há um grande problema em relação ao destino dos *royalties*, que se tornou de fundamental importância para o escoamento dos recursos públicos. Ainda que a Lei do Petróleo (Lei n.º 9.478/97) assegure a forma de partilha dos *royalties* e

participações especiais, não especifica as áreas nos quais estes recursos devam ser investidos pelos Estados e Municípios (PACHECO, 2003). Além do mais, há uma casual falta de fiscalização e planejamento na utilização destas verbas, por parte do poder público, justificado assim, uma maior necessidade de eficácia na utilização destes recursos, no sentido de alavancar o desenvolvimento constante na Região Nordeste (OLIVEIRA, *et all*, 2007).

BACIAS DA REGIÃO NORDESTE COM POTENCIAL PETROLÍFERO

Dos nove estados que compõem a região Nordeste, apenas seis produzem ou possuem reservas comerciais reconhecidas de petróleo, são eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe. A Figura 1 mostra as Bacias sedimentares Brasileiras.

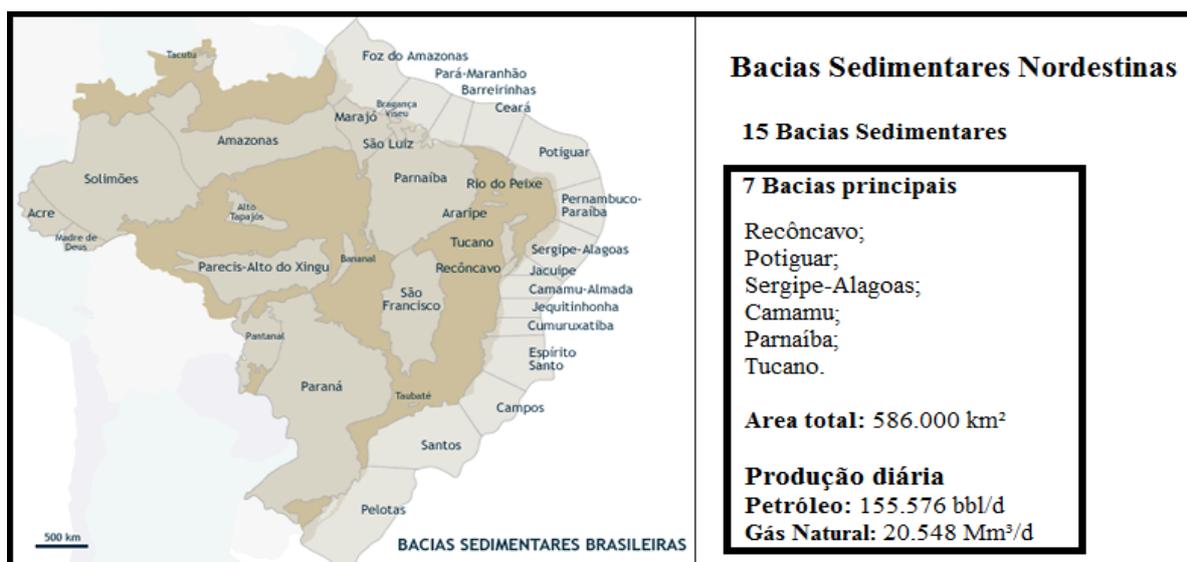


Figura 1: Bacias Sedimentares Brasileiras. Fonte: Modificado (ANP, 2013).

Como pode ser visto na Figura 1, o Nordeste possui quinze bacias sedimentares, sendo sete das bacias produtoras de petróleo, Parnaíba, Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Recôncavo, Tucano e Camamu, totalizando em uma área de aproximadamente 586.000km². A maioria dos campos são operados pela Petrobras e alguns em parceria com outros concessionários (ANP, 2014).

ARRECAÇÃO DE ROYALTIES NO NORDESTE

A economia da região Nordeste é bastante subdesenvolvida tendo como principal setor o primário, apesar das atividades indústrias corresponderem 22% da economia, ainda, apresenta um setor industrial rudimentar. (IBGE, 2012).

Além das dificuldades socioeconômicas, ainda apresenta altos graus de concentração de terras e de suas riquezas. A concentração fundiária está ligada ao setor da agricultura principalmente ao cultivo de cana de açúcar (IBGE, 2012).

A arrecadação de royalties se torna claramente necessárias devido a todos os fatores mencionados. A Figura 2 mostra a distribuição da arrecadação dos *royalties* das regiões do Brasil, entre 2002 e 2014 (em milhões de reais).

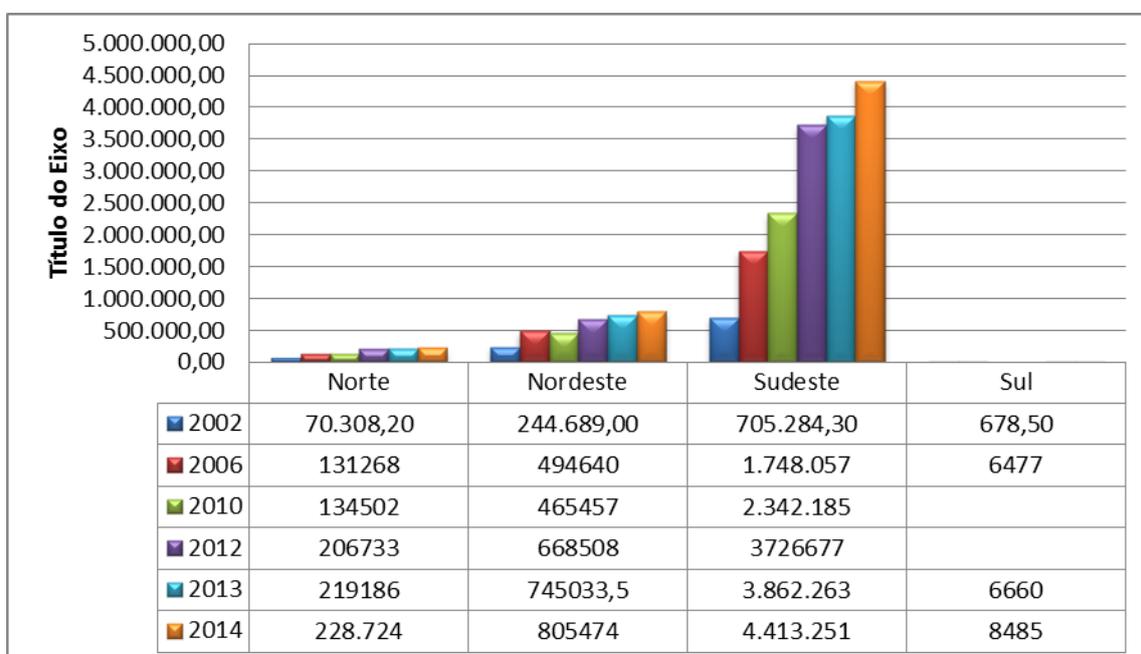


Figura 2: Gráfico da distribuição da arrecadação dos *royalties* das regiões do Brasil, entre 2002 e 2014 (em milhões de reais). Fonte: Modificado de ANP, 2015.

De acordo com a Figura 2, houve uma grande evolução de 2002 a 2014 em arrecadação de royalties, as regiões que mais se destacaram foram a Sudeste e Nordeste. A região Nordeste teve uma arrecadação no ano de 2002 de 244689 milhões e 805574 milhões no ano de 2014, o que expressou uma evolução de 329%. Ficando apenas atrás da região Sudeste que tem a maior arrecadação no

ano de 2002 com 705.284,3 milhões e 4.413.251 bilhões no ano de 2014, o que expressou uma evolução de 625%. (ANP, 2015).

METODOLOGIA

A composição dos resultados e discussões foram realizados a partir dos objetivos propostos do presente trabalho. Através de uma avaliação minuciosa do desenvolvimento socioeconômico dos estados da região nordeste afetados pela exploração e produção de petróleo. Para composição dos resultados foram confeccionados gráficos e tabelas com sucintas explicações discursivas. Primeiramente para sabermos quais os principais estados afetados pelos impactos da exploração e produção de petróleo, foram coletados dados da produção das bacias sedimentares com potencial petrolífero da Região Nordeste.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

POTENCIAL PETROLÍFERO DAS PRINCIPAIS BACIAS SEDIMENTARES DA REGIÃO NORDESTE

A Tabela 1 a seguir possui os dados de produção das Bacias do Nordeste, referentes a dezembro de 2013, bem como as análises estatísticas extraídos dos dados desta tabela.

A produção de petróleo e gás natural no Nordeste foi oriunda de 7 bacias sedimentares, que abrange os estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará e Maranhão. Perfazendo uma produção total de 284.831 boe/d, sendo 155.576 bbl./d de petróleo e 20.508 Mm³/d de gás natural.

De acordo com a tabela 1, a bacia Potiguar foi a de maior produção de petróleo com aproximadamente 60.402 bbl./d, representado cerca de 38,8% da produção média diária; e a Bacia de Camamu na Bahia foi a maior produtora de Gás natural com uma produção média de 6.159 Mm³/d, representando cerca de 30% da produção de gás natural do Nordeste. Porém a Bacia mais influente na produção de hidrocarbonetos é a Bacia Sergipe-Alagoas, que teve uma produção total de 73.407

boe/d, representando cerca de 26% da produção total, esta bacia juntamente com a bacia Potiguar e do Recôncavo representaram aproximadamente 72% da produção total. Sendo assim as três principais Bacias do Nordeste, por terem os maiores potenciais em produção de hidrocarbonetos e conseqüentemente maiores evolução dos potenciais petrolíferos e impactos para região local.

Tabela 1: Distribuição da Produção de Petróleo e Gás Natural por Bacia em 2013.

Bacia	Petróleo (bbl./dia).	Gás Natural (Mm³/d)	Produção Total (boe/d)
Potiguar	60.402	1.460	69.585
Recôncavo	43.905	2.519	59.753
Sergipe - Alagoas	44.417	4.608	73.407
Camamu	652	6.159	39.392
Parnaíba	144	5.651	35.687
Ceará	6043	79	6.542
Tucano Sul	13	72	465
Total	155.576	20.548	284.831

Fonte: Modificado ANP, 2013.

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE *ROYALTIES* DO PETRÓLEO DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

A Figura 3 mostra arrecadação de *royalties* do petróleo no período de 2002 a 2014 dos estados produtores de hidrocarbonetos da região Nordeste. Sendo que os três principais estados em arrecadação *royalties* o Estado do Rio Grande do Norte, com 103.435.000 reais, o Estado da Bahia, com 77.689.000 reais e o Estado de Sergipe, com 39.810.000 reais, juntos representam aproximadamente 90,3% no ano de 2002.

A análise dos dados acima mostra o grande potencial de arrecadação nos *royalties* dos estados produtores de petróleo e gás da Região Nordeste. Através dos dados apresentados o Estado de Sergipe obteve o maior aumento de

aproximadamente 76%, o estado da Bahia com cerca de 70% e o estado do Rio Grande do Norte com 62%.

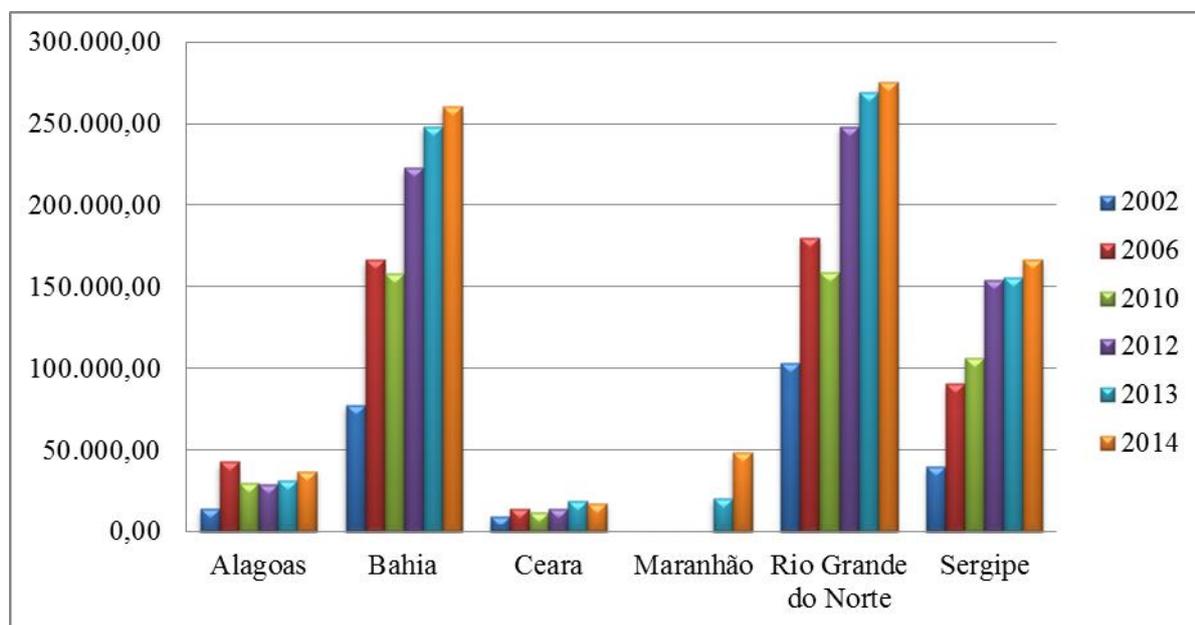


Figura 3: Gráfico da distribuição da arrecadação dos royalties dos estados do Nordeste, entre 2002 e 2014 (em milhões de reais). Fonte: Modificado ANP (2015).

A Tabela 2 evidencia a distribuição total dos *royalties* dos estados e municípios do Nordeste beneficiados, entre o período de 2002 a 2014.

Observa-se que há uma concentração dos repasses em poucos estados nordestinos, sendo o estado e os municípios do Rio Grande do Norte o mais beneficiados, juntos receberam em 2014 aproximadamente 31% dos *royalties* designados, lucrando 551,5 milhões de reais, sendo seguido pelos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas com 29%, 21% e 7% dos recursos, ou seja, 51.5875,5 milhões de reais, 376.444,5 milhões de reais e 118.302,0 milhões de reais.

Os estados do Pernambuco, Paraíba e Piauí não são produtores de petróleo, porém os municípios dos Estados Pernambuco e Paraíba juntos no ano de 2014 arrecadam uma quantia de aproximadamente 106 milhões de reais, devido os municípios possuírem instalações de transferências de óleo bruto e gás natural.

Tabela 2: Distribuição da arrecadação dos royalties dos estados e municípios do Nordeste, entre 2002 e 2013 (em milhões de reais).

ANO	2002		2006		2010		2012		2013		2014	
	Estado	Municípios	Estado	Municípios	Estado	Municípios	Estado	Municípios	Estado	Municípios	Estado	Municípios
UNIDADES DO NORDESTE BENEFICIÁRIOS												
Alagoas	14.398,00	14097	43137	31228	29700	32885	29170	36267	31575	62230	36993	81309
Bahia	77.689,00	54192	166610	112748	158381	134438	222987	187116	248271	228426	260236	255639,5
Ceará	9.357,00	12005	14126	32121	12068	28300	14212	38822	19148	41483,5	17435,5	39922,5
Maranhão	0,00	0	0	0	0	0	0	0	20803,5	9380	48605	19571
Paraíba	0,00	320	0	13785	0	1	0	19212	0	22661	0	31132
Pernambuco	0,00	1921	0	19966	0	45103	0	36851	0	61028	0	74880
Piauí	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	103.435,00	67217	180150	145622	158934	148721	248237	231576	269487	238309	275422	276131
Sergipe	39.810,00	40395	90617	86871	106374	109985	153902	139910	155749	169384	166783	209661,5

Fonte: Modificado de ANP (2015).

PRINCIPAIS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE CADA ESTADO DO NORDESTE

A seguir, analisaremos os principais indicadores socioeconômico de cada Estado da região Nordeste. Primeiramente serão analisados os indicadores de natureza econômica.

Como pode ser visto na Tabela 3, a Bahia é o estado do nordeste com o maior PIB, por apresentar uma economia diversificada, com atuação nas atividades da agropecuária, indústria, mineração, turismo e serviços, todas essas respondem por 30% de todo PIB da região nordeste, com 167,727 bilhões, expressando 3,97% do PIB nacional. Tendo como destaque a atividade extrativista, mais precisamente na extração mineral, o Estado desenvolve grande potencial na exploração de petróleo, além do ouro, cobre magnesita, cromita, sal-gema, barita, manganês, chumbo e talco. Porém o grande destaque em PIB per capita é o estado de Sergipe por ter uma pequena população, que apesar de ter o oitavo PIB regional com 27,823 bilhões, o que expressou 0,65% PIB nacional e 4,67% do PIB regional, teve o maior PIB per capita regional 13180,83 reais por habitantes.

Os dados nos informa que o Piauí não possui uma forte influência na região Nordeste, por apresentar grandes problemas naturais (climáticos) e políticos com a falta de água, para que se possam desenvolver diversas atividades econômicas.

Possui um setor industrial bastante rudimentar e não apresenta produção alguma de petróleo e gás. Esse estado apresentou o pior PIB do Brasil com 25,721 Bilhões, o que expressou apenas 0,60% do PIB nacional e 4,32% do PIB regional, e também, o pior PIB per capita com 8137,63 reais por habitantes, sendo assim o estado menos favorecido da região.

Tabela 3: Brasil, Regiões e Estados do Nordeste – PIB, PIB *per capita*, e a contribuição porcentual de cada região para o Brasil e estados para o Brasil e o Nordeste.

	PIB 2012 (Em bilhões de R\$)	PIB per capita 2012 (R\$ por pessoa)	% PIB BR	% PIB NE
Brasil	4.220.860	19709,6	100	
Centro - Oeste	259.227	17971,98	6,14	-----
Norte	231.384	14179,53	5,48	-----
Sudeste	2.424.005	29718,33	57,42	-----
Sul	710.861	25633,56	16,84	-----
Nordeste	595.383	11044,6	14,1	100
Alagoas	29.545	9333,52	0,69	4,96
Bahia	167.727	11832,3	3,97	28,17
Ceara	90.132	10473,15	2,13	15,14
Maranhão	58.820	8760,38	1,39	9,88
Paraíba	38.731	10151,83	0,91	6,51
Pernambuco	117.340	13138,46	2,78	19,71
Piauí	25.721	8137,63	0,6	4,32
Rio Grande do Norte	39.544	12249,55	0,93	6,64
Sergipe	27.823	13180,83	0,65	4,67

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2012).

Outros indicadores, que não o PIB ou os dados de finanças públicas, também podem fornecer informações sobre o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Os indicadores sociais podem revelar o grau de desenvolvimento humano de uma determinada localidade, indispensável para um desenvolvimento sustentável.

O Nordeste ainda apresenta os mais baixos indicadores socioeconômicos do país, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os baixos indicadores são mais graves nas áreas rurais e no sertão Nordestino, que sofre longos períodos sem chuva (IBGE, 2012)

Os principais indicadores sociais a taxa de pobreza, IDH e o Coeficiente de GINI, são mostrados na Tabela 4.

Tabela 4: Brasil, regiões e estados do Nordeste – Indicadores Sociais.

	IDH 2010	Taxa de pobreza (%) 2010	Coeficiente de Gini 2010
Brasil	0,75	21,42	0,543
Nordeste	0,716	39,61	0,558
Alagoas	0,677	47,7	0,572
Bahia	0,742	38,51	0,556
Ceara	0,723	36,64	0,544
Maranhão	0,683	41,65	0,538
Paraíba	0,718	40,56	0,591
Pernambuco	0,718	42,24	0,554
Piauí	0,703	38,59	0,555
Rio Grande do Norte	0,738	34,67	0,559
Sergipe	0,742	37,63	0,576

Fonte: Modificado do IPEADATA (2010).

Quando avaliamos o IDH e taxa de pobreza do Nordeste de (0,716) e (39,61%) respectivamente comparado com o do Brasil de (0,75) e (21,42%) respectivamente, notamos que o Nordeste esta com um grande déficit em desenvolvimento social em relação ao resto do País, tendo o estado de Alagoas com o pior IDH de (0,677) e a pior taxa de pobreza com (47,7%). Em relação à desigualdade de renda, onde medimos através do coeficiente de Gini, o Nordeste (0,558) tem também maior disparidade em relação a media brasileira que é de (0,543), tendo o estado da Paraíba a maior disparidade da região com (0,591).

IMPACTOS DOS *ROYALTIES* NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS ESTADOS DO NORDESTE PRODUTORES DE PETRÓLEO

Com a finalidade de verificar o verdadeiro peso que estes recursos podem propiciar em nível estadual, a arrecadação dos *royalties* foi posta em termos per capita. Como pode ser visto na Figura 4, o estado do Rio Grande do Norte teve uma arrecadação alta, atingindo R\$ 37,5 por habitantes, em 2002, porem houve uma queda de 25,4% em comparação com o ano de 2012, com uma arrecadação de R\$ 27,8 por habitantes, em contrapartida o estado de Sergipe teve um aumento

significativo de 118% de arrecadação saindo de R\$ 22 por habitantes em 2002 para R\$ 48,7 por habitantes em 2012, sendo o estado de Sergipe o que possui a maior arrecadação PIB per capita da região Nordeste. Todavia, para alguns estados do Nordeste a arrecadação de *royalties* per capita teve no ano de 2012 um peso significativo, que é o caso do estado do Rio Grande do Norte com 76,8 reais por habitantes e do estado de Sergipe com 72,9 reais por habitantes, apresentaram assim uma arrecadação per capita significativa. Porém em contra partida o estado da Bahia que teve a segunda maior arrecadação de royalties com 222.987 milhões de reais não apresentou valores significativo na arrecadação per capita dos royalties atingindo 15,75 reais por habitantes, devido ao seu grande numero populacional.

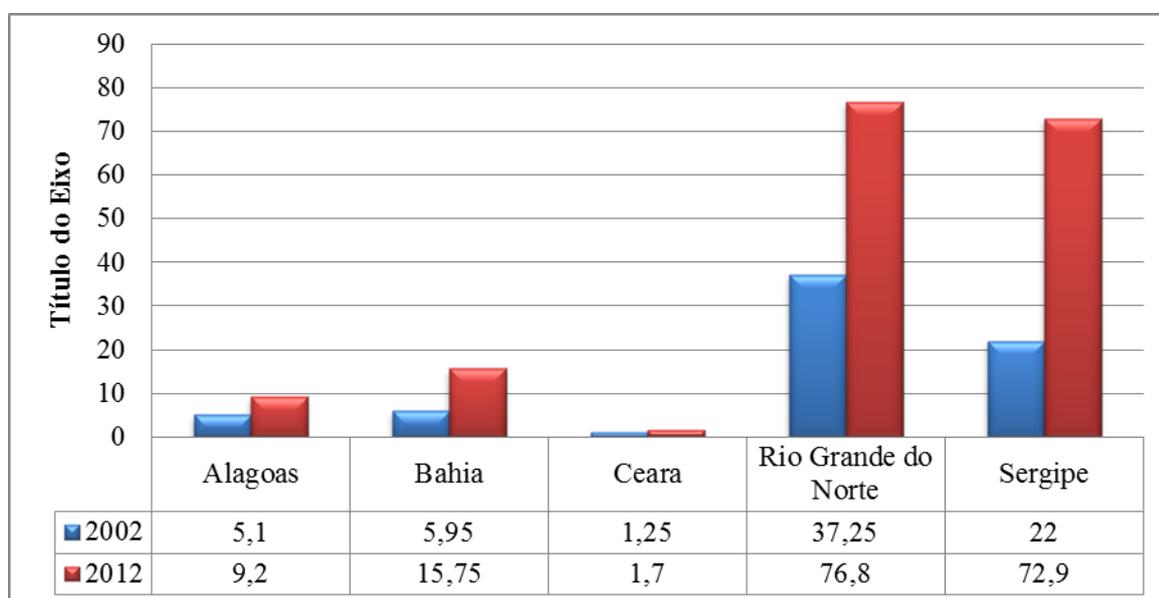


Figura 4: Gráfico dos valores de *royalties* per capita nos estados do Nordeste produtores de petróleo (2002 a 2012) (R\$/hab.). Fonte: Modificado de ANP, 2015 e IBGE (2012).

A Figura 4 apresenta uma relativa visão da redução e do crescimento da arrecadação dos *royalties* em valores per capita que são importantes indicadores para avaliar quão importantes através de suas arrecadações. Porém, há outro indicador que também nos fornece uma avaliação importante através de sua comparação com tais recursos, são as receitas tributárias.

Uma ideia mais simples sobre a relevância dos *royalties* em relação às receitas estaduais pode ser notada ao se comparar a participação da arrecadação de *royalties* em relação às receitas tributárias. A Tabela 5 mostra o impacto da arrecadação dos royalties em relação às receitas tributárias que é um dos principais indicadores econômico.

Tabela 5: Nordeste: Porcentagem dos *royalties* nas receitas totais dos principais estados da Região.

Estados	2002	2012
Alagoas	0,73%	0,50%
Bahia	0,64%	0,70%
Ceará	0,16%	0,09%
Rio Grande do Norte	4,24%	3,20%
Sergipe	2,10%	2,80%

Fonte: Modificado de ANP (2015).

Dos cinco principais estados beneficiários, apenas dois possuem representatividade significativa (acima de 2%) em suas receitas dos repasses dos *royalties* no período analisado, que foram os estados do Rio Grande do Norte com 3,2% e Sergipe 2,8% das receitas total em 2012.

As receitas estaduais são importantes indicadores para analisar a relação de quão importante são as arrecadações com os *royalties* para a economia. Os dados apresentados mostram que na maioria dos estados os percentuais obtidos foram pequenos, entretanto, como vimos anteriormente, apesar da arrecadação de *royalties* vem crescendo cada vez mais em todos estados, mas os estados do Ceará e Alagoas tiveram menos impacto nas receitas dos *royalties* em relação às receitas toais.

Todavia nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe, observamos claramente que houve um substancial crescimento da importância dos *royalties* nas receitas totais. Esse crescimento tem conduzido a situações em que os estados se tornaram bastantes dependentes da arrecadação destes recursos provenientes da produção de petróleo. Se ocorrer tal dependência das receitas estaduais em relação aos repasses dos *royalties* os administradores estaduais e municipais terão que dar uma maior atenção a esta situação.

Muitos gestores estaduais e municipais não tem se dado conta de que da mesma forma que os repasses de *royalties* vem crescendo ao longo do tempo e incrementando suas receitas, esses repasses podem deixar de ser expressivos na composição das mesmas receitas. Com possíveis esgotamentos de tais recursos,

difícilmente poderão ser mantidos eficientemente o desempenho econômico destes estados.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARRECADAÇÃO DOS *ROYALTIES* COM OS INDICADORES SOCIAIS, DOS ESTADOS PRODUTORES DE PETRÓLEO NO NORDESTE

O resultado anterior foi analisado a importância financeira dos *royalties* em relação à distribuição e às receitas dos principais estados recebedores. Neste resultado averiguar se as evoluções das receitas provenientes do setor petrolífero estão sendo utilizadas para garantir o desenvolvimento social. Observar se os gestores estão investindo em projetos que dê em alternativas capazes de aumentar os níveis sociais. Porém, necessitamos ter os valores reais de tais crescimentos ou reduções conforme os dados. Para tal análise foi criada a tabela 6, cujo conteúdo nos fornece o crescimento real e percentual da arrecadação de *royalties* dos estados do Nordeste mais beneficiados. A tabela 6 apresenta de forma crescente, onde os primeiros estados são os que mostram os maiores crescimentos real. Observa-se que apesar de ser o estado do Rio Grande do Norte o que possui maior valor da arrecadação, não foi ele que obteve o maior crescimento real e percentual, mas sim o estado da Bahia cujo crescimento real foi de 80.692 milhões de reais e o estado de Sergipe cujo crescimento percentual foi de 62,57%.

Quando analisamos a ordem de importância da evolução das receitas dos *royalties* de 2002 a 2010, dos estados que mais evoluiu quantidade real com a compensação de *royalties* neste período, segue a seguinte ordem de importância, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. Porém quem mais evoluiu em quantidade percentual segue outra ordem de importância, Sergipe, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará.

Tabela 6: Crescimento real e porcentual dos royalties dos estados do Nordeste de 2002 a 2010.

Estados	Royalties valores de 2010 em milhões reais		Cresc. Real 2010/2002	
	2010	2002	R\$	%
Bahia	158.381	77.689,00	80.692,00	50,95
Sergipe	106.374	39.810,00	66.564,00	62,57
Rio Grande do Norte	159934	103.435,00	56.499,00	35,3264
Alagoas	29.700	14.398,00	15.302,00	51,5219
Ceara	12.068	9.357,00	2.711,00	22,4644

Fonte: ANP (2015).

A análise dos dados acima mostra o grande potencial de arrecadação dos royalties nos estados do Nordeste que mais recebem os recursos, ou seja, o significativo reforço que os royalties representam no orçamento, na percepção de que esse reforço possibilita o equilíbrio orçamentário de tais estados.

Um melhor entendimento das características e do desenvolvimento de como os *royalties* juntamente com os impactos da indústria do petróleo tem sido investidos no desenvolvimento social dos estados do Nordeste, serão apresentados na Tabela 7 os dados do crescimento e classificação das respectivas posições do principal indicador de desenvolvimento social o IDH, em seguida todos esses dados serão comparados com o crescimento real e porcentual dos *royalties* nos estados mais beneficiados do Nordeste.

O IDH é um indicador comumente utilizado para avaliar o desenvolvimento humano da sociedade. O objetivo do IDH é oferecer um contraponto ao PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é utilizado como um indicador de desenvolvimento humano, pois, além de computar o PIB per capita, também levam em consideração as possibilidades de uma vida longa e saudável pela população (longevidade) e o acesso ao conhecimento (educação) (PNUD, 2012).

De acordo com a Tabela 7, é possível observar que não há uma disparidade muito grande entre os indicadores dos Estados da Região Nordeste. Ainda assim, algumas particularidades interessantes podem ser destacadas. Todos os Estados melhoraram seus índices. Além disso, Bahia e Sergipe apresentou o melhor índice, no ano de 2012 seguido imediatamente pelo Estado do Rio Grande do Norte (maior beneficiários dos *royalties*) e os Estados, do Maranhão e Alagoas com baixa arrecadação de *royalties*, continua apresentando o pior índice.

Sabemos que o crescimento do IDH requer planejamento e execução dos investimentos relacionados à educação, saúde e em projetos sociais que melhorem a qualidade e longevidade de vida, entre outros. Mas para isso os governantes destes estados deve estabelecer um bom planejamento, para investir em áreas capazes de fermentar o desenvolvimento econômico e as condições de vida de sua população, evitando que os valores expressivos acabem sendo gastos em investimentos de pouco ou nenhum retorno.

Tabela 7: Crescimento do IDH, e posições de classificação dos estados do Nordeste (2002 e 2010).

	2002	2010	Crescimento (%)	Classificação do crescimento (Posições)
Brasil	0,75	0,69	-6,8	
Nordeste	0,67	0,716	6,42	
Alagoas	0,65	0,677	4	6º
Bahia	0,69	0,742	7	3º
Ceara	0,7	0,723	3,18	8º
Maranhão	0,64	0,683	5,8	4º
Paraíba	0,66	0,718	8	2º
Pernambuco	0,71	0,718	1,1	9º
Piauí	0,66	0,703	5,7	5º
Rio Grande do Norte	0,71	0,738	3,8	7º
Sergipe	0,68	0,742	8,4	1º

Fonte: Modificado de PNUD (2012).

A evolução do IDH nos Estados que mais recebem royalties não se apresentaram de maneira igual. O estado da Bahia houve um grande crescimento real com cerca de 80.692 milhões de reais e o estado Sergipe mostrou um grande crescimento porcentual com aproximadamente 62,6%. Houve também um aumento significativo no crescimento do IDH nos estados, de Sergipe sendo o primeiro com

aproximadamente 8,4%, e a Bahia tendo o terceiro maior crescimento com cerca de 7%. Houve alguns estados que teve efeito contrario como é o caso do Rio Grande do Norte que teve a maior arrecadação nos dos períodos e Alagoas que teve um crescimento porcentual de 51%, notamos que houve pouco crescimento no IDH comparado aos outros do Nordeste, no período analisado.

É importante ressaltar, no entanto, que não se pode afirmar se essas boas evoluções foram resultados diretos dos *royalties*. Porque o IDH não foi construído no sentido de avaliar as contribuições específicas da indústria petrolífera no desenvolvimento humano. Por outro lado, o recente incremento da arrecadação dos *royalties* Estados beneficiados por estas receitas poderá se traduzir, num período de médio a longo prazo, em significativas melhoras nos seus indicadores sociais, caso esses recursos sejam aplicados de maneira correta, em educação, saúde e na elevação das condições de vida da população.

CONCLUSÕES

O Nordeste é a região do Brasil que possui os piores indicadores de desenvolvimento, teve um PIB médio nacional no ano de 2012 (onde o setor de serviços obteve um maior porcentual na sua composição), a taxa de pobreza e o coeficiente de Gini esta acima da média nacional, e é a região do Brasil que mais recebe os repasse do Bolsa família com mais 50% da arrecadação.

A arrecadação de *royalties* no Nordeste foi a segunda maior no ano de 2012 entre as regiões do Brasil, com uma receita que atingiu um pouco mais de 805 milhões de reais. O estado que mais recebeu os recursos foi o Rio Grande do Norte que alcançou 31% da arrecadação e obteve o maior indice de royalties per capita. Porém quem teve um crescimento real e porcentual maior de 2002 a 2012 foi o Estado da Bahia, alcançando um crescimento real de aproximadamente 80 milhões de reais e o Estado Sergipe, alcançando um crescimento porcentual de aproximadamente 62%. Contudo apesar de haver um evidente crescimento desses recursos, só quem apresentou representatividade significativa nas receitas totais, foi o estado do Rio Grande do Norte. Porém, essa significativa representação nas receitas totais não apresentou grandes desenvolvimento no principal indicador social o IDH, mostrando que os investimentos não estão sendo utilizados para a qualidade

de vida da população local. Já os estados de Sergipe e Bahia o crescimento dos *royalties* foram utilizados com eficiência para a sociedade, observado no seu bom crescimento no IDH.

Por fim, verificamos que os *royalties* possuem um peso insignificante nas receitas totais dos estados que os arrecadam só quem apresentou representatividade significativa nas receitas totais foram os Estados do Rio Grande do Norte e Sergipe. O estado da Bahia apesar de a segunda maior arrecadação de *royalties* não tem peso significativo por possuir maior eficiência na arrecadação de impostos, ou seja, o estado não deixou de lado o interesse em buscar esforço fiscal. Ainda são necessárias, em relação ao Nordeste, mudanças estruturais que possam dotar a economia regional de um dinamismo próprio que o conduza a importantes mudanças no perfil distributivo regional. Percebe-se que muito ainda resta a ser feito, mas já é possível se vislumbrar possibilidades para uma trajetória de um desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

REFERÊNCIAS

ANP. Agência Nacional do Petróleo. **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, dezembro de 2013**; Diret. Geral Magda Chambriard. Superintendência de Desenvolvimento e Produção – SDP. Rio de Janeiro: ANP, 2014.

ANP. Agência Nacional do Petróleo. **Guia dos royalties do petróleo e do gás natural**; Coord. Geral Hamilton Barbosa. Rio de Janeiro: ANP, 2001. Disponível em: http://www.anp.gov.br/doc/conheca/Guia_Royalties.pdf. Acessado em: 10 de Abril de 2015.

ANP. Agência Nacional do Petróleo. **Potencial petrolífero dos estados brasileiros**; Diret. Geral Magda Chambriard. Rio de Janeiro: ANP, 2011 Disponível em: <file:///F:/Apresentacao_ANP_2%20das%20bacia%20de%20 petroleo.pdf> Acesso em 18 de Maio de 2013.

ANP. Agência Nacional do Petróleo. **Superintendência de Participações governamentais; ANP, 2015**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/>> Acesso em 20 de Abril de 2015.

CNM . CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Estudos Técnicos CNM/ Confederação Nacional de Municípios**; Presidente Paulo Ziulkoski. Brasília: CNM, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Documents/Royalties_2010.pdf> Acesso em 19 de março 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Economia, contas nacionais, Produto interno Bruto**. IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php> Acesso em 11 de Abril de 2015.

OLIVEIRA, A. C. S., ROCHA, R. E. V., CAVALCANTE, M. M., NUNES, F. R. M. **A indústria do petróleo na região nordeste: dificuldades e potencialidades**. Foz do Iguaçu – PR, 2007. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP.

PACHECO, C. A. G. **Aplicação e o Impacto dos Royalties do Petróleo no Desenvolvimento Econômico dos Municípios Confrontantes da Bacia de Campos**. Rio de Janeiro, 2003. Monografia de Bacharelado, UFRJ.

PACHECO, C. A. G. **O impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios da região norte fluminense**. Rio de Janeiro, 2005. 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás.

PETROBRAS – FATOS E DADOS. **70 anos da exploração de petróleo na Bahia**. Petrobras, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.blogspetrobras.com.br/fatosedados> Acesso em 14 de março de 2011.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em : <http://www.pnud.org.br/home/>. Acessado em: 11 de abril de 2015.